



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MIGUEL TORGA

CONTRIBUINTE 600079945 - COD. 171244

ESCOLA BÁSICA 2,3 CICLOS DE MIGUEL TORGA

Praceta P.e Álvaro Proença, Casal de S. Brás 2700-631 Amadora

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. Ponderação do valor atribuído aos seguintes domínios

Anos	Conhecimentos/ capacidades (%)	Educação para a cidadania (%)	Total
1º ao 9º	85	15	100
Vocacionais	70	30	100

2. Instrumentos de avaliação

2.1 Cada disciplina define os instrumentos de avaliação específicos e respetiva ponderação a aprovar pelo conselho pedagógico e divulgados aos alunos e encarregados de educação no início do ano letivo.

2.2. São instrumentos de avaliação, entre outros, os seguintes: Teste escrito, Trabalho teórico escrito (pesquisa, síntese, relatório), Participação / intervenção oral, Trabalho prático, Observação direta.

2.3. São indicadores obrigatórios de avaliação no domínio educação para a cidadania a Participação (8%) Responsabilidade (2%) e Comportamento (5%) com os itens:

1. Participação = 6%: Realizei as tarefas da aula = 4%; Fiz o TPC = 4%. Para cada ocorrência negativa registar menos 1%.

2. Responsabilidade = 2%: Trouxe material = 2% (0 ocorrências negativas=2%; entre 1 e 3 =1%; 4 ou mais =0%);

3. Comportamento = 5% Não perturbei a aula: Para cada ocorrência negativa registar menos 1%; por cada medida disciplinar corretiva descontar 2% e por cada medida sancionatória menos 3%

2.4 A Utilização da Língua portuguesa é avaliada por instrumentos a decidir por cada disciplina ou ano de escolaridade na componente Expressão oral e /ou escrita.

2.5 O domínio Tecnologias de Informação e Comunicação é avaliado nas disciplinas do 3º ao 9º ano de escolaridade nas componentes trabalho escrito ou trabalho prático.

2.6. Por proposta dos departamentos curriculares pode ocorrer no 3º período a realização de uma prova global única para todos os alunos de um determinado ano de escolaridade, numa determinada disciplina a definir no início de cada ano letivo sendo informados nessa altura alunos e encarregados de educação.

2.7. No 2º ano de escolaridade realiza-se um teste intermédio nacional nas disciplinas de português e matemática com um valor equivalente a um teste escrito.

3. Avaliação diagnóstica

A avaliação diagnóstica realiza-se no início de cada ano de escolaridade ou sempre que seja considerado oportuno, devendo fundamentar estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional.

O conselho pedagógico aprova as modalidades de avaliação diagnóstica em cada disciplina / ano de escolaridade mediante propostas dos departamentos curriculares.

A avaliação diagnóstica formaliza-se no início do ano escolar na identificação das dificuldades dos alunos e em propostas de reforço de apoio pedagógico ou diversificação curricular no plano de turma.

4. Expressão da avaliação

Nomenclatura	Nível	%
Muito Insuficiente	1	0% -19%
Insuficiente	2	20% - 49%
Suficiente	3	50% - 69%
Bom	4	70% - 89%
Muito Bom	5	90% - 100%

5. Avaliação intercalar

Realiza-se a meio do 1º e do 2º período, em calendário a definir pelo diretor, para recolha de informação sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos do 1º 2º e 3º ciclos e formaliza-se pelo preenchimento de uma ficha de informação a divulgar aos alunos e encarregados de educação. A nomenclatura a utilizar será Insuficiente, Suficiente e Bom. Os encarregados de educação dos alunos em zona de retenção devem ser convocados pelo diretor de turma / professor titular de turma.

6. Avaliação Sumativa Interna

(Dec. Lei n.º 139 / 2012, Desp. Normativo nº 13/2014 de 15/09)

1. Efetua-se no final de cada período e traduz-se num juízo globalizante sobre o desenvolvimento das aprendizagens, competências e atitudes dos alunos.
2. Na educação pré-escolar, através de uma grelha de avaliação das áreas de desenvolvimento da criança, em cada período.
3. No 1º Ciclo realiza-se no final de cada período, de forma qualitativa e descritiva. No 4º ano, nas áreas de Português e Matemática é atribuído um nível na escala de 1 a 5 e nos restantes anos e áreas uma menção (Muito Insuficiente, Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom). Nas Atividades de Enriquecimento Curricular a avaliação é qualitativa (Insuficiente, Suficiente e Bom) cuja responsabilidade é dos professores que as ministram com a supervisão dos professores titulares das turmas.
4. No 2º e 3º ciclo expressa-se de 1 a 5 nas várias disciplinas
5. A proposta de nível a atribuir em cada disciplina deve resultar:
 - 5.1. No 1º período, da média ponderada em percentagem dos vários instrumentos de avaliação definidos para este período;

5.2. No 2º período, da média ponderada em percentagem dos vários instrumentos de avaliação definidos para este período seguida da média aritmética da classificação obtida nos dois períodos.

5.3. No 3º período, da média ponderada em percentagem dos vários instrumentos de avaliação definidos para este período seguida da média aritmética da **classificação obtida nos 3 períodos.**

6. A avaliação sumativa no final do ano letivo decide a progressão ou retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade e expressa-se da seguinte forma:

- Transitou / Não Transitou no final de cada ano intermédio;
- Aprovado / Não Aprovado no final de cada ciclo.

7. Critérios de progressão/retenção

(Dec. Lei n.º 139 / 2012, Desp. Normativo n.º 13/2014 de 15/09)

	2º 3º ano	4º ano	5º, 7º e 8º ano	6º e 9º ano
PROGRESSÃO	P + D + D MAT + D + D	P + D + D MAT+D +D	D + D +D P +D + D M +D + D	D + D P + D ou MAT+ D
RETENÇÃO	P + MAT	P + MAT P + D + D +D MAT+D +D+D	D + D + D + D P + M	P + MAT ou D + D + D

P - Português, MAT- Matemática e D – outras disciplinas com classificação inferior a 3

8. Situações especiais

- a. No 1º e/ou 2º período não é atribuído nível ao aluno nas disciplinas sem elementos de avaliação suficientes por motivo de ausência justificada do aluno ou por motivo de ausência do professor;
- b. Os alunos que, no 1º período, estejam em situação de excesso de faltas injustificadas, e para os quais não haja elementos suficientes de avaliação é-lhes atribuído uma alínea: Não avaliado por insuficiência de elementos de avaliação. No 2º ou 3º período, se mantiverem a mesma situação e depois de cumpridos os procedimentos previstos nas medidas de recuperação e integração são retidos por excesso de faltas.
- c. No caso de transferência do aluno de um outro estabelecimento de ensino, a meio do período, a avaliação sumativa é realizada pela Escola Miguel Torga com base nos elementos recolhidos pela escola anterior e pela Escola Miguel Torga, devendo ser ponderado o tempo de frequência do aluno em cada uma das escolas, de forma proporcional. Caso a transferência se efetue no final do período ou no início do seguinte a avaliação sumativa é efetuada pela escola anterior do aluno.
- d. Considera-se o período necessário e suficiente para que haja elementos de informação, um mês de presenças seguidas ou 1/3 de presenças face ao número de aulas dadas na disciplina, quando interpoladas.

Amadora, 17 de julho de 2015

O Presidente do Conselho Pedagógico **João Manuel Pereira**